

A INFLUÊNCIA DAS TEORIAS RACIAIS E EUGÊNICAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL DURANTE OS SÉCULOS XIX E XX.

THE INFLUENCE OF RACIAL AND EUGENIC THEORIES IN NATIONAL SCIENTIFIC PRODUCTION DURING THE XIX AND XX CENTURIES.

Larissa Cristina Clemente Veiga¹; Luis Fernando de Castro Vascon²

Resumo: A história do Brasil é marcada por conflitos raciais desde o amargo contexto da escravidão. A desigualdade e o preconceito vividos até hoje pela população negra na sociedade brasileira terão respaldo na produção científica do país que, apoiada em teorias raciais e eugênicas vindas da Europa, promoveram a ideologia dominante, especialmente após a abolição da escravatura. O presente artigo tem por objetivo compreender o processo histórico de formação dos discursos científicos raciais no Brasil, do período monárquico até a passagem para o século XX. A partir do recorte histórico realizado, observa-se no país a tentativa de compreender as desigualdades sociais pautando-se na inferiorização dos negros, tendo em vista o modelo europeu de civilização. As premissas criadas neste período consolidaram políticas de criminalização da população negra e contribuíram para o racismo na sociedade brasileira contemporaneidade.

Palavras-chave: Teorias raciais, eugenia, ciência, preconceito, escravidão.

Abstract: The history of Brazil is marked by racial conflicts from the bitter context of slavery. The inequality and prejudice lived up to today by the black population in Brazilian society will have support in the scientific production of the country that, supported by racial and eugenic theories from Europe, promoted the dominant ideology, especially after the abolition of slavery. The aim of this article is to understand the historical process of the formation of racial scientific discourses in Brazil, from the monarchy period until the turn of the twentieth century. From the historical clipping, one observes in the country the attempt to understand the social inequalities based on the inferiorization of the blacks, in view of the European model of civilization. The premises created in this period consolidated policies criminalizing the black population and contributed to racism in contemporary Brazilian society.

Key-words: Racial theories, eugenics, science, prejudice, slavery abolition.

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) na Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília (FFC). Contato: lariccveiga@gmail.com. Artigo sob a orientação da docente Dra. Rosângela de Lima Vieira.

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) na Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília (FFC).

1. Introdução.

A passagem do século XIX para o XX inaugura um momento de profundas transformações na sociedade brasileira. Com a assinatura da lei Áurea e a abolição da escravidão, fato que não ocorreu abruptamente, a dominação burguesa se consolida e a sociedade é segmentada em classes. A dissolução da *sociedade estamental*³ pelo avanço capitalista e ascensão da divisão social em classes, privilegiando uma determinada camada social, empregou mudanças no modo de produção e no modo de vida dos indivíduos sem alterar a estrutura de dominação vigente. A produção científica deste período revela uma tentativa de compreensão da sociedade brasileira a partir dos conceitos de raça e de eugenia, produzindo a inferiorização do negro(a) e consequentemente a sua estigmatização no mundo contemporâneo.

A produção científica é identificada por diferentes autores como um modo de produção de discursos que vão legitimar a dominação de um povo sobre o outro. Em “*O Universalismo Europeu: uma retórica do poder*”, o sociólogo Immanuel Wallerstein analisa a produção de discursos em diferentes períodos da história que serviam à dominação europeia. Na leitura feita pelo autor, o capitalismo faz parte de um sistema mundial que tem suas raízes na Europa e na América do século XVI quando se observa o início da divisão do trabalho e da formação de um mercado global que possibilitou a acumulação de capital pela articulação dos países centrais com os países periféricos e semiperiféricos. O centro é o núcleo de concentração de poder e de riqueza, por isso, dominante. Durante o século XIX a Europa era o centro, do qual irradiava as condutas normativas e as produções discursivas que afirmavam a sua posição no topo da hierarquia social. O modelo europeu se tornou hegemônico, impondo seu ideal de

³ A sociedade estamental foi uma forma de sociabilidade intrínseca a da sociedade feudal medieval. Seu nome é devido aos “estamentos”, que era grupos sociais delimitados por sua origem.

civilização aos ditos “bárbaros”, nesse sentido, o autor conclui que os poderosos e a elite intelectual pan-europeia promoveram um “universalismo europeu”. Para isto, diferentes modos de discursos foram produzidos ao longo da história: o teológico, o orientalista, o científico, e mais recentemente o discurso proveniente dos direitos humanos. Estes modos de discursos atrelam-se a ideologia dominante garantindo aos países centrais espaços de intervenção nos países periféricos e semiperiféricos (WALLERSTEIN, 2007).

Os modelos teóricos produzidas na Europa em meados do século XIX são trazidos para o Brasil tardiamente, não deixando de simbolizar o que havia de novo na sociedade moderna. Influenciados pelos conceitos de raça e de eugenia, os cientistas brasileiros utilizaram-se deste universo teórico como modos de explicação da realidade nacional, sobretudo na antropologia. O racismo presente na produção científica brasileira da passagem do século XIX para o século XX implicou em políticas e práticas de intervenção social que aumentaram as barreiras da segregação racial. São expressões deste período as produções científicas de Raymundo Nina Rodrigues, Tobias Barreto, Oliveira Viana, Afrânio Peixoto, Roquette Pinto, Castro Barreto e Arthur Ramos (IANNI, 2004).

A proposta deste trabalho não se insere na tentativa de uma análise dos discursos, mas tem como objetivo a compreensão do processo histórico nacional no qual essas produções científicas que mobilizaram as teorias raciais durante os séculos XIX e XX no Brasil estão inseridas, à luz de autores que se dedicaram a analisar o pensamento social brasileiro e a formação nacional, a fim de que se possa suscitar o debate a cerca deste momento histórico, da estigmatização da população negra, e da permanência do preconceito racial na sociedade contemporânea.

2. Brasil, um processo histórico marcado pela desigualdade.

Ao contrário do que se postula em grande parte dos livros de história, o desligamento brasileiro de Portugal não ocorreu a partir de um único episódio, desenhado as margens do rio Ipiranga no dia 07 de setembro de 1822, sob os gritos de “*Independência ou Morte!*” proferidos por Dom Pedro empunhando sua espada em direção aos céus. Na realidade a separação entre Brasil e Portugal foi um processo histórico marcado por contradições e elementos distintos do contexto global. Um dos fatores que difere a independência brasileira das demais nações é justamente a escolha da monarquia como forma de governo. O México e Haiti tiveram experiências com o regime monárquico, entretanto, por um breve período de tempo (México: 1821-23 / 1863-67 e Haiti: 1804-06 / 1849-59), enquanto a vivência monárquica brasileira durou de 1822 a 1889. A escolha desta forma de governo pode ser explicada como um caminho reacionário, marcada pela influência de grupos conservadores da Europa. Este fato histórico é de extrema importância, contribuindo para a manutenção do pensamento racista que perdura pelos séculos seguintes. Um dos episódios que marca a postura conservadora, explicitado através da dominação por meio da força, ocorreu no que viria a se popularizar como “*noite da agonia*”, onde Dom Pedro insatisfeito com a posição de uma parte dos deputados constituintes ordenou que o exército invadisse o congresso, resultando no encarceramento e exílio de inúmeros deputados. Este episódio simboliza a perspectiva do poder brasileiro, centralizado na figura de Dom Pedro e suprimindo os ideais de direitos individuais.

Estes acontecimentos dão subsídios para afirmar que o perfil de nação brasileira é pautado em uma concepção excludente, marcado pela divisão da sociedade e pela concentração de renda. Este perfil de nação penetrado no âmago da sociedade pode ser

observado em diversos eventos posteriores, principalmente no processo que culminou na abolição da escravatura brasileira. Assim como no caso da independência, a abolição de escravos no Brasil não ocorreu de um dia pra o outro, mais precisamente no dia 13 de maio de 1888, quando a princesa Isabel assina a lei Áurea. O período do primeiro projeto com uma proposta de supressão escravista até a assinatura da lei Áurea foi de incríveis 58 anos (1830-1888), marcados por fortes embates políticos e sociais.

Dentre os projetos relacionados a este tema, destaca-se dos mais liberais como a indenização de escravos (que nunca ocorreu), aos mais conservadores, como o do retorno dos escravos para a África. Este último merece uma atenção em especial, pois a proposta de retorno dos escravos para a África era parte de um planejamento maior, cujo objetivo racista das classes dominantes era o de realizar um branqueamento da população brasileira. Evidentemente esta proposta não foi viabilizada, não por falta de vontade ou compaixão da elite nacional, mas sim pela inviabilidade financeira do projeto, pois o retorno dos escravos ao continente africano demandaria uma quantia grande de dinheiro.

Todavia, a proposta de “branqueamento” da sociedade tomou proporções maiores. A elite intelectual e política brasileira, pautada nas teorias raciais em auge na Europa (principalmente as ideias positivistas e o darwinismo social), adotaram medidas diretas para o clareamento da sociedade, pois segundo Schwarcz, eles atribuíam o atraso e a impureza do país ao enorme contingente negro (SCHWARCZ, 1996). Deste modo, a principal medida tomada pela “alta sociedade” foi à abertura para a imigração europeia. De 1880 a 1914 estimasse que 2,5 milhões de europeus chegaram ao Brasil para exercerem a função de mão-de-obra assalariada, sendo que 987.000 tiveram suas viagens financiadas pelo Estado brasileiro, de acordo com Hofbauer (HOFBAUER, 2011). Um dos mais importantes propagandistas desta ideologia, João Batista Lacerda,

afirmou: “[...] é lógico supor que num período de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós”⁴(LACERDA, 1911, p.18-19). A luz deste tema, Oliveira faz um importante apontamento acerca da proposta de branqueamento:

Preocupados com essa questão, políticos brasileiros do final do século XIX, guiaram a Política Nacional de *embranquecimento* com a imigração europeia e uma abolição da escravatura feita de forma a empurrar os negros para as margens da sociedade. Essa política conservava os negros em condições de extrema pobreza até que se extinguissem devido à mortalidade infantil, desnutrição, doenças e também através das sucessivas miscigenações, ou seja, até que os negros desaparecessem por completo do cenário nacional. (OLIVEIRA, 2008)

Portanto a proposta racista de *embranquecimento* da população, alicerçada em pressupostos científicos em confluência com o período da abolição do trabalho escravo fez com que os trabalhadores imigrantes europeus recebessem melhores oportunidades de trabalho do que os negros de origem africana, restando a estes últimos os trabalhos mais insalubres. Desta forma, a ideologia conservadora e reacionária presente desde os primórdios da sociedade brasileira é responsável por alargar as desigualdades sociais pautando-se na discriminação racial e no acirramento das contradições existentes.

3. Teorias raciais e eugenismo no Brasil: Interpretações sobre a desigualdade social brasileira.

O processo de colonização e o longo período de escravidão brasileira geraram inúmeros problemas para a construção de uma sociedade livre e igualitária, o que se vê na realidade nacional, em contrapartida, é um processo histórico que produziu e produz desigualdades sociais. Na passagem do século XIX para o século XX, o pensamento social brasileiro se vê diante do desafio de interpretação da realidade nacional, pois, o que estava em jogo, sobretudo após a proclamação da República, era um processo de

⁴ Tradução de "Surlemétisau Brésil" (*Premier Congrès Universel des Races: 26-29 juillet 1911*, Paris, Devouge, 1911.); tradutores, Eduardo Dimitrov, Íris Morais Araújo, Rafaela de Andrade Deiab. N.E.

redefinição do trabalho e dos aspectos sociais brasileiros marcados pelos anos de escravismo tendo em vista o projeto de formação da identidade nacional (IANNI, 2004).

As teorias raciais e de criminalização das classes subalternas tomam fôlego neste período, a fim de traçar explicações para a questão social, matizam a desigualdade social postulando diferenças raciais com base nos traços físicos e comportamentais dos povos negros e indígenas. A partir desse pressuposto, atribuiu-se demais importância à dominação europeia na superação das debilidades nacionais que impediam o projeto republicano de “ordem e progresso”, segundo Octavio Ianni:

Em principio do século XIX, o etnocentrismo do branco, aquele proveniente do europeu, assume foros de ciência, onde os brancos são vistos como superiores aos negros, amarelos, vermelhos e mestiços. Incapazes e desinteressados de verem a natureza humana segundo processos econômicos e socioculturais, onde o homem é criador e criatura, focalizam os homens como criadores autônomos e atribuem aos negros, mestiços e brancos atributos que não lhe são intrínsecos, mas criados historicamente. Spix e Martius, em suas andanças pelas terras do Brasil, acabaram “convencidos” de que o “europeu é superior aos homens de cor na intensidade do fluído nervoso e assim domina as outras raças de maneira específica, tanto somática como psicologicamente”. (IANNI, 1988, p.215)

O termo raça é introduzido no pensamento social por Georges Cuvier (1769-1832), naturalista Francês, que observava heranças físicas permanentes e distintas entre os povos. O debate inaugurado por Cuvier se opunha aos ideais de igualdade da Revolução Francesa. A partir daí, duas vertentes de pensamento são criadas para a explicação das diferenças raciais, de um lado, os *monogenistas* - que acreditavam com base na bíblia que a humanidade era um bloco único de tipo comum, e o que não se encaixasse neste bloco eram degenerações, e por outro lado, os *poligenistas*, que se baseando nas ciências biológicas e na falência das explicações teológicas, tinham como hipótese a concepção de centros diferentes de criação da humanidade e por isso a diferença de tipos raciais. Neste período, também surge a *fenologia* e a *antropometria*, que passaram a interpretar as diferenças humanas com base na medição do cérebro e do

crânio de diversos povos. O debate entre poligenistas e monogenistas se ameniza com a publicação de “A origem das espécies” de Charles Darwin em 1859, onde os dois grupos encontram referência e justificativa para a suas concepções (SCHWARCZ, 1993). Os discursos científicos raciais vinculam-se nesta época aos projetos nacionalistas. As populações negra, mestiça e indígena, eram tidas como barreira na construção de uma identidade nacional una e progressista. De 1870 a 1930 a questão racial passa a ser uma preocupação constante para o pensamento social brasileiro. Influenciado pelas teorias raciais e pela teoria Lombrosiana, da degenerescência e do comportamento criminal, Raimundo Nina Rodrigues formula suas concepções antropológicas e psiquiátricas, criminalizando a população negra brasileira e os movimentos sociais populares, como Canudos, através da sua teoria da criminalidade negra, na qual postula que crimes cometidos pela população negra tem origem em um fundo orgânico anormal de espécies degeneradas:

De uma e de outro tenho tido conta nos meus estudos da criminalidade negra no Brasil. Considero a reversão atávica uma modalidade de degeneração psíquica, da anormalidade orgânica que, quando corporizada na inadaptação do indivíduo à ordem social adotada pela geração que ele pertence , ou servir-me de uma expressão predileta de Tobias Barreto, quando se corporizam na inadaptação às condições existenciais de uma sociedade, que é a sua, constitui a criminalidade normal ou ordinária. (RODRIGUES, 2010, p.300)

Com Nina Rodrigues, a criminalização da população negra é explicitada, negligenciando a estrutura econômica produtora da desigualdade social. As teorias raciais brasileiras passam a implicar em um projeto político de concretização dos ideais evolucionistas-darwinistas-racistas que se respaldando na teoria eugênica, acionam intervenções de cunho higienista na sociedade da época.

O termo eugenia, criado por Francis Galton (1822-1911), antropólogo e matemático Inglês, que buscava provar a partir de um método estatístico e genealógico que a capacidade humana decorria da hereditariedade biológica (SCHWARCZ, 1993).

O eugenismo encontrou terreno fértil no Brasil, gerando mobilização social em favor da higienização da população brasileira, é expressão deste momento, a “Liga Brasileira de Higiene Mental”, criada em 1923. As teorias raciais e eugênicas influenciaram especialmente o pensamento médico que passa a reforçar uma concepção de tratamento moral do corpo social, processo este, que refletiu em políticas públicas de exclusão social, como a criação de mais manicômios e prisões, desmonte dos cortiços, e aumento da marginalização da população negra:

[...] A perspectiva eugênica desempenhou o papel de eixo comum que, de alguma forma, unifica e permite encontrar uma racionalidade própria a projetos que, em sua época, não se atribuíam unicidade - sobretudo se pensarmos particularmente nas subdivisões da medicina que encontram aí um campo comum de atuação, que as enfeixa num projeto higiênico para a sociedade. Aqui, a medicina faz coro com os teóricos do totalitarismo brasileiro, como Oliveira Viana, Francisco Campos e os redescobridores de Gobineu, do racismo biológico como de uma concepção orgânica da história que, no período, erigem pilares do corporativismo e da fascistização da sociedade no Brasil. (CUNHA, 1986, p.182)

Como solução ao problema nacional de uma massa enfraquecida pela mistura racial, as propostas de *embranquecimento* e de um estado totalitário são postas em prática, com a vinda de imigrantes europeus para o país e o aumento repressivo do estado oligárquico. São propostas preconizadas por Oliveira Viana, Roquette Pinto, Arthur Ramos, Afrânio Peixoto e Castro Barretos.

O sociólogo e historiador Francisco José de Oliveira Viana, expôs parte importante deste debate que tinha como base a europeização, o arianismo e o branqueamento da população:

Em suma, o que nós desejamos - os que investigamos, como antropossociologistas, como biossociologistas, como antropogeografistas, como demologistas e demografistas, os problemas da raça - é que os nossos antropometristas e biometristas não dispersem os seus esforços e orientem as suas pesquisas no sentido de nos dar as bases científicas para a solução de alguns problemas mais urgentes e imperativos, como os que se prendem à formação da nossa nacionalidade no seu aspecto quantitativo e no seu aspecto qualitativo. Por exemplo: o problema da mestiçagem das raças. Ou o da seleção eugênica da imigração. Ou o da distribuição

racional das etnias arianas segundo o critério da sua maior ou menor adaptabilidade às diversas zonas climáticas do país. (VIANA, 1932, p.86 apud IANNI, 2004, p.124)

Contudo, a miscigenação será um imperativo para a sociedade brasileira, prolongando os debates raciais, e tornando mais distante o alcance do ideal europeu. A condição de miscigenação do país revelava a falência dos projetos eugênicos, mesmo que ainda se nutria uma esperança com a vinda dos imigrantes europeus. A constatação desta realidade levou mais tarde a construção do mito da “democracia social”, que enterrando as lutas sociais dos movimentos negros e preconizando a convivência pacífica entre os povos étnicos, manteve de forma menos explícita o preconceito racial.

4. Considerações Finais

As teorias raciais e eugênicas cunhadas na Europa durante o século XIX influenciaram de forma significativa as produções científicas brasileiras, que a partir de tal referência, passa a formular teorias sobre a formação nacional e de explicação do povo brasileiro, ressaltando a questão racial como produtora das desigualdades sociais, também por isso, a política de branqueamento e de criminalização da população negra é implantada, erigindo o “progresso” como sinônimo de uma sociedade mais europeizada e mais branca.

Esse processo histórico tem impactos profundos na manutenção das desigualdades sociais e aprofundamento da marginalização da população negra. Ao ser introduzido os conceitos de raça e de eugenia como formas de identificação social de “desvios morais” e de “atrasos sociais”, se produziu a inferiorização do(a) negro(a) como pessoa humana e a sua estigmatização com base na discriminação racial.

Contudo, o que esse apanhado histórico revela é a produção de discursos científicos, que contribuíram na manutenção de uma visão de mundo das classes dominantes, servindo aos interesses das elites nacionais e internacionais, e ao

intervencionismo dos países centrais. É enquanto ideologia dominante que o racismo e o eugenismo, presente na passagem do século XIX para o século XX na produção científica nacional se mostra eficaz:

O racismo do século passado não é um elemento onipresente na espécie humana, nem uma distorção encoberta pelas cópulas desenfreadas entre as raças, mas uma construção ideológica, fruto de conjunturas históricas, na qual os interesses materiais das classes dominantes encontraram uma justificativa científica para a importação do europeu, e a inferiorização dos brasileiros. (AZEVEDO, 2004, p.12)

O racismo ainda presente na sociedade contemporânea é fruto de um processo histórico, onde o preconceito racial encontrou respaldo na ciência. É enquanto discurso da ideologia dominante que ele permanece, nas falas cotidianas, na criminalização da população negra, na marginalização e segregação racial; romper com a ideologia dominante implica em necessariamente combater o preconceito racial.

5. Referências

- AZEVEDO, C. M. M. DE. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1987. v. 1
- CUNHA, M. C. P. O Espelho do Mundo – Juquery, a história de um asilo. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.
- HOFBAUER, A. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. Disponível em:
<https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_finalc3adssima_2011.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.
- IANNI, O. As metamorfoses do escravo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- IANNI, O. Pensamento Social no Brasil. Bauru: Edusc, 2004.
- LACERDA, J. B. Sur les métis au Brésil. Paris: Imprimerie Devouge, 1911.
- OLIVEIRA, I. M. A. DE. A Ideologia do Branqueamento na Sociedade Brasileira. Santo Antônio do Paraíso, 2008.
- RODRIGUES, R. N. Os africanos no Brasil. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 303, 2010.
- SCHWARCZ, L. K. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, L. K. M. (1996). As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In L. K. M. SCHWARCZ & R. S. QUEIROZ (Orgs.), *Raça e diversidade* (pp. 147-185). São Paulo: Edusp.
- WALLERSTEIN, I. M. O universalismo europeu: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.